

Por que Fenas?*

A História Contada Por Seus Protagonistas**

Federação Nacional dos Assistentes Sociais***

Margareth Alves Dallaruvera

Mariza Pereira Alvarenga

“... algum dia; não sei quando, as futuras gerações vão.

Participar da colheita... Mas essa colheita só vai

Existir se, hoje, houver quem plante. A semente é

Humilde; a palavra humildade tem a mesma...

Raiz da palavra húmus... Ser humilde é ter os pés na terra.

E não é fácil na militância ter os pés na terra.”

Frei Betto

Resumo: O presente artigo faz um resgate histórico da organização político sindical dos assistentes sociais no Brasil, centrando suas reflexões no movimento que culminou na criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas). A paralisação das atividades sindicais e extinção da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), sob orientação de filiação aos sindicatos de ramo, resultou num vazio de representação no campo sindical para os assistentes sociais. Cabe o desafio de repensar os novos rumos do movimento sindical em uma perspectiva revolucionária, numa ação coletiva e propositiva com os demais trabalhadores, o que

denota o nosso comprometimento para além das lutas específicas, em busca de um país fraterno, soberano e com justiça social.

Palavras-chave: organização político sindical; ramo; categoria; sindicatos; Fenas.

1. Algumas considerações sobre o processo de organização político-sindical dos Assistentes Sociais no Brasil

Refletir sobre as questões acerca do movimento sindical da categoria, requer uma viagem às concepções teóricas que envolveram os caminhos da profissão

* Nota do Conselho Editorial: Este texto está sendo publicado em atendimento à solicitação da presidente da FENAS, como direito de emissão do posicionamento da entidade frente ao artigo “Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional”, publicado na Revista *Serviço Social & Sociedade* nº 88/2006.

** Os protagonistas da Fenas são todos aqueles que contribuíram para a criação da entidade, bem como os que vieram chegando e, juntos, construindo uma nova história do movimento sindical da categoria. Somente com a participação de todos foi possível a construção do artigo.

*** Este texto foi elaborado pelas professoras Margareth Alves Dallaruvera, presidente da Fenas, presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do RJ, mestra em Serviço Social pela PUC/RJ, autora do livro *O Serviço Social numa perspectiva fenomenológica: repensando a questão da saúde*, assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conselheira titular do Conselho Nacional de Assistência Social, e Mariza Pereira Alvarenga, diretora da Fenas, diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, assistente social aposentada pelo Ministério da Previdência (INSS), pós-graduada em Educação na Universidade Estácio de Sá.

até os dias atuais. Entendemos que as formas de organização das entidades de uma categoria estão intimamente ligadas ao processo histórico da mesma. Desta forma, nos reportamos ao estudo de José Paulo Netto, que aponta as direções do Serviço Social, a saber: "*perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura*".

Nos primórdios da profissão, a fundamentação dada é baseada na filantropia e na caridade, perspectiva de atuação para manutenção do *status quo*. Já a partir da década de 1960, segundo Netto (1991: 164),

"a perspectiva modernizadora, constitui a primeira — sob todos os aspectos — expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emergente desde o encontro de Porto Alegre, em 1965, ela encontra a sua formulação afirmada nos resultados do primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo CBCISS na estância hidromineral de Araxá (MG), entre 19 e 26 de março de 1967, e se desdobra nos trabalhos do segundo evento daquela série, também patrocinado pelo CBCISS e efetivado entre 10 e 17 de janeiro de 1970 em Teresópolis (RJ)".

As formas de organização sindical e a atuação dos assistentes sociais sindicalistas se mesclam com o arcabouço teórico defendido na ocasião pela categoria. Numa segunda perspectiva, a considerada reatualização do conservadorismo, o Serviço Social buscou o recurso da fenomenologia, considerada por Netto uma "*nova roupagem do con-*

servadorismo". Em 1978 a profissão ainda reforçava a estrutura dominante da sociedade e não abraçou o projeto revolucionário em defesa de uma nova ordem societária para o país.

Em 1979 acontece o ano da virada. É no III CBAS que se expressa a dimensão política da profissão e assumimos, coletivamente, marcar o posicionamento de uma categoria comprometida com a justiça social, liberdade, emancipação junto com a classe trabalhadora.

Segundo Maria Beatriz C. Abramides,

"A organização político sindical dos assistentes sociais em nível nacional, que se expressa por meio da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais — Ceneas, de 1978 a 1983 e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais — Anas de 1983 a 1988 mostra a trajetória de luta e organização dessa categoria profissional no marco do novo sindicalismo no Brasil". (Abramides, 1995: 119)

A Anas sempre teve uma história de luta comprometida, não apenas com os interesses específicos da categoria, pois contribuiu com as lutas gerais da classe trabalhadora, ligada aos movimentos sociais, não atrelada ao Estado e fundada por sua base. Naquele momento foi nossa referência nacional e considerada a legítima Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Entretanto, com onze anos de existência, em 1994 parte da categoria deliberou pela

extinção de Anas, tempo exíguo para a consolidação da experiência sindical da categoria. Sob nosso ponto de vista, a mesma perde, ali, sua referência de destaque em nível nacional.

A VI Assembléia Nacional Sindical, ocorrida nos dias 5 e 6 de setembro de 1994, em Brasília, momento de extinção da Anas, apresentou o seguinte balanço final:

- prestação de contas: A diretoria da Anas apresentou à assembléia a prestação de contas que foi aprovada pela plenária;
- deliberações finais: A plenária tirou algumas deliberações referentes ao patrimônio da Anas — arquivo morto e divulgação da VI Assembléia;
- que a última diretoria da ANAS fique responsável pelos encaminhamentos finais para a extinção, elaboração de relatórios, procedimentos cartoriais etc.;
- que seja garantido espaço no jornal do CFESS para divulgação de todo o processo de transitoriedade vivenciado pela Anas/sindicatos;
- que seja garantido espaço no 8º CBAS em plenária ampla com todos os participantes para exposição desse processo;
- que todos os documentos da ANAS devem ficar sob a responsabilidade do CFESS, abertos à consulta da categoria, considerando a necessidade do CFESS garantir o traslado desses documentos;

- que se garanta a publicação de um texto contendo o processo de transitoriedade na revista *Serviço Social & Sociedade*;
- que o CFESS indique que os Conselhos Regionais de Serviço Social divulguem à categoria os resultados e deliberações da VI ANAS, orientando os assistentes sociais para a filiação aos sindicatos por ramo;
- a CUT nacional, representada por Beth Muniz, comprometeu-se a assumir os custos cartoriais da extinção. Propôs-se a divulgar no *Informa-CUT Nacional* um texto sintetizando o caminho desenvolvido pelos assistentes sociais no processo de transitoriedade;
- para finalizar a VI Assembléia Nacional da Anas, foi aberta a palavra aos presentes que expressam toda emoção vivida com a decisão de extinção da Anas.

A Assembléia foi encerrada às 15h do dia 6/7/1994 com o desejo de todos serem muitos felizes em 1994.” (*Revista do Saseal*, 2006: 26)

Nesse período, a classe trabalhadora brasileira ainda convive com o receituário neoliberal imposto, e em consequência disso, diminuição dos gastos sociais, imposição do Estado mínimo, crescente processo de precarização e terceirização nas relações de trabalho; significativo empenho para o desmantelamento do movimento sindical. Nesta lógica, os trabalhadores assistentes so-

ciais foram submetidos ao isolamento, uma vez que outros sindicatos de profissionais, principalmente os de nível superior,¹ não fecharam suas entidades sindicais, e a CUT até os dias atuais não conseguiu materializar a tese do sindicato de ramo de atividade econômica. Nossa reflexão é a de que a tese do ramo é um caminho ainda a ser delineado e percorrido para combater o modelo econômico neoliberal. Por outro lado, segundo orientação da própria CUT, não se deve, para a construção do ramo, engessar e/ou colocar camisa-de-força em suas bases, uma vez que defendemos como princípios a *liberdade e autonomia sindical*, não desorganizando os trabalhadores já organizados.

Por entendermos que o sindicalismo não é construído de cima para baixo e que tampouco é administrado por atos cartoriais ou burocráticos, respaldados em movimentos isolados, o desafio é colocado a todos aqueles que estão comprometidos com as lutas salariais, ampliação de mercado de trabalho, condições dignas de trabalho e inseridos nas lutas gerais do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

2. A organização sindical na estrutura da CUT

Para o enfrentamento ao modelo econômico neoliberal, no II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores — CUT, em 1986, foi aprovado que o movimento sindical deveria ser organizado por ramo de atividade eco-

nômica (no setor agropecuário, industrial, saúde, previdência etc.).

“Em 1989 os sindicatos e associações dos assistentes sociais definiram-se pela transitoriedade, discutindo novas formas de organização da categoria. No bojo desta discussão, foram analisadas as possibilidades de: 1) manter os sindicatos/Cress com direção única; 2) fechamento dos Cress/associações/sindicatos e criação de uma entidade única; 3) Cress assumiria as questões específicas da categoria, até então de competência dos sindicatos. Nenhuma dessas propostas foi aprovada pelos assistentes sociais. A proposta da transitoriedade foi encaminhada pela Anas, com vistas ao fechamento das entidades sindicais da categoria com a orientação de que os profissionais buscassem a filiação nos sindicatos por ramo de atividade econômica”.

Ressalta-se que outras propostas também foram aprovadas durante o II Concut, tais como a liberdade e autonomia sindical, em que a CUT se propõe a garantir a liberdade sindical em todas as formas de relacionamento e solidariedade, priorizando-se a organização sindical, que será por ramo de ati-

1. Médicos, enfermeiros, nutricionistas, cirurgiões-dentistas, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, professores, engenheiros, mesmo filiados à CUT, mantêm sua organização sindical. A categoria de assistentes sociais, além de ter sido a única a fechar suas entidades sindicais, após vinte anos do II Concut ainda tenta buscar o caminho da organização sindical por ramo, mesmo sabendo que hoje no Brasil não temos sequer um único sindicato de ramo de atividade econômica.

vidade econômica, mas os sindicatos poderão criar mecanismos para tratar de problemas específicos de forma democrática, garantindo-se ampla liberdade de expressão das correntes de opinião interna e mantendo-se a unidade de ação.

Vale ressaltar que em pesquisa na documentação da CUT não existe expressão a determinação de fechamento dos sindicatos dos profissionais “liberais” (caso do sindicato dos assistentes sociais), mas a decisão de que todos os trabalhadores criarão suas formas de organização sindical, reconhecendo inclusive a existência das questões específicas que devem ser tratadas. (Sasec, boletim, maio: 2002).

Na visão de Lutero Rodrigues Melo,

“O fraco poder de atualização do movimento sindical, em relação ao processo de renovação e adaptação do capital, a partir da globalização tem deixado a olhos nus toda a fragilidade do sindicalismo. Esvaziado, o sindicalismo ficou a reboque da nova onda neoliberal, tendo bastante dificuldade para rever seus conceitos e redefinir seus métodos de ação e de interação com os trabalhadores, o capital, a produção, as novas tecnologias, o mercado e o Estado. Para mudar o estado das coisas faz-se necessário abrir espaço para o debate, criar novas posturas, estimular e garantir a atualização das idéias e das práticas. O sindicalismo não pode continuar a repetir os erros do passado reproduzindo a improvisação, a ineficiência, a falta de compromisso, a intolerância, a deslealdade, a ausência de disposição para o diálogo, o radicalis-

mo cego e inconseqüente. Em assim permanecendo enquanto instituição de representação dos interesses dos trabalhadores, o sindicalismo corre o risco de entrar em decadência total, perdendo sua finalidade e sendo superado e/ou substituído por outras instituições sociais, tradicionais ou emergentes. Tudo isso cria necessidade de implantação de um sindicalismo de base, horizontal e local onde as decisões sejam tomadas por quem vivencia os problemas; pois o modelo tradicional verticalizado, onde a cúpula do movimento planeja e decide, mostrou-se ineficaz e ultrapassado.” (Jornal Fenos, mar. 2001: 3).

Desde 1986, os sindicatos cutistas vêm debatendo a importância da materialização da tese: sindicato por ramo de atividade econômica, objetivando o fortalecimento da classe trabalhadora na ofensiva neoliberal. Entretanto, após 21 anos, os trabalhadores não conseguiram efetivar a criação de um sindicato por ramo de atividade econômica.

3. Organização Sindical por ramo de Atividade Econômica

No Brasil, existem mais de 18 mil sindicatos com várias correntes políticas. Desde os anos 1930 até a ofensiva neoliberal, divide-se em dois segmentos: os considerados pelegos e os reformistas e revolucionários. Os sindicatos, federações e/ou confederação considerados pelegos utilizam práticas conservadoras, entidades cartoriais que não trabalham com sua base, mantêm sua

estrutura por meio do imposto sindical. O sindicalismo voltado para prática reformista tende a pleitear “sem uso da violência, mas tendo o sindicato como instrumento de luta, para reestruturar as bases econômicas” (Morales, 1999: 40). Quanto ao sindicalismo respaldado na prática revolucionária “vê na greve geral e na destruição do capitalismo, os únicos meios de ação sindical” (idem).

O sindicalismo de base cutista defende desde 1986 a tese do ramo, mas vários nós problemáticos dificultaram e ainda inibem a consolidação do projeto político sindical. Não se conseguiu unificar sindicatos, porém houve a expansão de sindicatos gerais no interior da central que se apresentavam até pouco tempo como sindicatos de ramo e que na verdade, são apenas sindicatos gerais. Esta sempre foi nossa tese! Majoritariamente, os sindicatos gerais estão somente organizados no setor público, deixando isolados os trabalhadores do setor privado e/ou filantrópico. Esses mesmos sindicatos não celebram acordos coletivos para a categoria, não entram com dissídios e ficam afastados dos precarizados. Nossa tese é respaldada pelos anos de vivência no movimento sindical, onde percebemos fragilidades no interior dos sindicatos gerais. Podemos dar como exemplo o ramo da saúde. Os sindicatos gerais só estão organizados para os funcionários públicos, entretanto, com a onda neoliberal, os trabalhadores vêm sendo submetidos ao setor privado e ainda com contratos precários de trabalho, por

meio de cooperativas e outras formas de precarização no trabalho. Por outro lado, a pouca participação desses sindicatos no controle social, em defesa do fortalecimento da política de saúde no âmbito público, não permite que seja assumido seu papel na garantia de direitos.

No caso específico dos assistentes sociais, a categoria não está somente ligada ao ramo da seguridade social. A prática profissional se dá em diversos ramos. Por outro lado, são muitos os assistentes sociais atuando em Ongs e/ou entidades filantrópicas. Na ausência de sindicato por categoria, somente o Senalba realiza acordos coletivos. Os sindicatos, nesse caso, perdem a possibilidade de negociar questões específicas. Uma outra fragilidade a ser questionada é o ramo da educação. Os professores sozinhos não fazem parte da educação, mas estão organizados por sindicato dos professores e associações de docentes, enquanto a educação é a atividade econômica do ramo. Esses são apenas alguns de muitos desafios a serem assumidos pelo movimento sindical brasileiro e defendemos que os sindicatos deixem seu aparelhamento partidário para assumir a luta em defesa da classe trabalhadora, seguindo o rumo de um país livre, soberano, sem desigualdades, com redistribuição de renda e contrário ao imperialismo americano e demais países ricos com economia capitalista.

Inicia-se a história por quem vivenciou e vivencia os desafios do nosso movimento sindical...

4. Reabertura do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – Saserj

Após o fechamento do sindicato, desde 19/5/1990, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, ocasião em que dos 29 presentes, 24 votaram pelo fechamento provisório do sindicato, [SEIS MESES], sendo dois pela manutenção do sindicato e três abstenções; A cessão da sede para a CUT teve 27 votos a favor dois contrários. Com 25 votos a favor, dois contrários e duas abstenções, foi criada uma comissão, composta por cinco pessoas.

Cabe destacar que, nessa assembleia, foi feita uma avaliação do nível de participação da categoria, por entender que a mesma não vinha participando da entidade e tampouco estava inserida nos sindicatos por ramo de produção. Os seis meses para o fechamento provisório não foram respeitados. Após cinco anos de fechamento para a categoria, mas cedida a sede para a CUT e outras profissões, o sindicato foi reaberto. Partindo do pressuposto de que o passado esclarece o presente, é relevante lembrar alguns aspectos decisivos para sua reabertura:

Em 1993 o assistente social Orlando Ribeiro Pinto iniciou um movimento pela reabertura do sindicato. Em reuniões e assembleias, fez várias denúncias sobre a destruição do patrimônio da categoria (sede própria do sindicato).

Nessa ocasião, os assistentes sociais da prefeitura do município do Rio

de Janeiro lutavam pelo seu reconhecimento na área da saúde, e, sem representação sindical, se envolveram na luta pela reabertura do sindicato e passaram a participar das assembleias. Nessas, alguns foram eleitos para ser membros da comissão sindical e encaminhar o processo de adesão e filiação do sindicato para sua reabertura. Foram inscritas duas chapas, sendo a primeira encabeçada pelo professor Orlando Ribeiro Pinto e a segunda pela professora Margareth Alves Dallaruvera, escolhida pelo grupo por ser também professora universitária e primordialmente base do Cress 7ª Região, juntamente com a maioria do grupo que sempre esteve na entidade, debatendo e encaminhando as demandas da categoria. O Cress 7ª região conduziu todo processo eleitoral e deu posse à chapa 2 para mandato de 1995-98.

Nessa conjuntura, O Cress 7ª região assumiu as dívidas deixadas, pagou as contas relativas a luz, gás e telefone do período 1993-94; entregou as contas pagas e a chave do imóvel à diretoria eleita, exceto as dívidas com o IPTU do imóvel, que só foi pago o ano de 1994, estando o sindicato em dívida ativa naquele período em que esteve fechado. A dívida do IPTU só foi reconhecida a partir da assinatura do acordo de comodato entre a CUT/RJ e o Cress 7ª Região. Entendemos que o compromisso da diretoria do Saserj é o de honrar com todas as contas, bem como com a manutenção e a valorização do patrimônio a partir de 15/5/1995.

5. Rearticulando o Movimento Sindical Nacional da categoria

Após reabertura do Saserj (maio 1995), e por ocasião do 8º CBAS — Salvador, em julho do mesmo ano, o debate referente ao movimento sindical aconteceu em horário tardio, motivo pelo qual houve pouca presença dos congressistas no debate. Tendo em vista a posição reafirmada pela mesa, diretores recém-eleitos, inexperientes na luta sindical, mas com garra para defender a categoria e os trabalhadores em geral, tomaram a posição de escrever *carta aberta aos congressistas do 8º CBAS* (Anexo 1).

Nessa ocasião aconteceu o primeiro encontro com alguns companheiros dos sindicatos que não haviam fechado: Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul e Caxias do Sul.

Após esse encontro, os cinco sindicatos começaram a se articular e, a partir de então, organizaram, em novembro de 1995, no Rio de Janeiro, o I Seminário Nacional sobre Piso Salarial, Carga Horária e Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais.

Em 1997, a presidente do Sindicato do Estado do Rio de Janeiro, Margareth Alves Dallaruvera, participou do Encontro Nacional de Organização Política da Categoria em Lusiânia, que teve como tema: “Serviço Social e o projeto político-profissional rumo ao século XXI”, representando os demais sindicatos em funcionamento. Nesse evento ficou encaminhado que o debate aconteceria no IX CBAS — Goiânia.

Em maio de 1998, os cinco sindicatos organizaram o II Seminário Nacional sobre Piso Salarial, Carga Horária e Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais-RJ.

No IX CBAS-1998, em Goiânia, o debate referente à organização sindical da categoria mais uma vez não aconteceu... Nesse momento, por total omissão do CFESS para com os sindicatos, inclusive para anunciar a presença dos cinco sindicatos presentes na mesa de abertura, entendemos não ter espaço para dialogar com as entidades da categoria. Após a reivindicação dos sindicatos presentes, o CFESS se retratou numa mesa posterior anunciando a presença dos cinco sindicatos. Foi então que resolvemos seguir o caminho em defesa da reorganização sindical, surgindo a idéia e o processo de discussão da Fenas, com o propósito de colocar o debate em pauta nos fóruns nacionais.

Em novembro de 2000, no Rio de Janeiro, convocamos a I Assembléia Nacional Pró-Sindical da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, tendo sido convidados para o debate o CFESS, todos os Cress e demais entidades da categoria. As Professoras Maria Beatriz C. Abramides e Sandra Farias foram convidadas para apresentar o resgate histórico da organização político sindical da categoria, bem como apontar os possíveis rumos a ser tomados na assembléia. A professora Cleusa Santos, diretora da Andes, foi convidada por estar na militância sindical, diretora da Andes e apresentou uma análise macroscópica sobre reforma e revolução, sua tese de doutorado. Os sin-

dicatos, federações de profissões de nível superior, bem como o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de enfermagem do Rio de Janeiro, lideranças partidárias e conselheiros dos conselhos de saúde (RJ) estiveram no evento para debater temas referentes ao movimento sindical, experiência da intersindical, as lutas específicas e as gerais no conjunto dos trabalhadores. Representantes da CUT estadual (RJ), CUT nacional e CNTSS apontaram para a importância da organização dos trabalhadores, assumindo o compromisso de respeito às decisões tomadas na assembleia, conforme norteia os princípios cutistas.

Depois de três dias de intenso debate, apesar da proposta da CNTSS de que os assistentes sociais não criassem a Fenas, mas fossem para um departamento dentro da estrutura da CNTSS, conforme aconteceria com a Federação Nacional dos Psicólogos, entendemos que a categoria não pertence somente ao ramo da seguridade social. Assim, a plenária votou pela criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, com objetivo de construir uma luta coletiva com os demais trabalhadores.

Após negociações com a comissão organizadora do X CBAS realizado em 2001 no Rio de Janeiro, garantimos que o debate sobre a organização sindical dos assistentes sociais fizesse parte da programação de uma mesa. Mais uma vez o debate ocorreu em horário tardio, quando a plenária já estava esvaziada. Lamentavelmente, a Fenas não teve a oportunidade de aprofundar o debate com encaminhamentos de propostas.

Alguns diretores do CFESS e a representante da CNTSS mostraram que o intuito de desqualificar o debate, assim como a própria Federação Nacional dos Assistentes Sociais, era uma prioridade para os que dirigiram o debate naquele momento. Sem deixar de reconhecer a importância e a legitimidade histórica da academia, temos a clareza de que não é apenas a consciência teórica que transforma a realidade. As dificuldades reais vividas pelos assistentes sociais não conseguem tocar as cordas da racionalidade — veementemente defendida — dos acadêmicos que têm demonstrado conhecer não só as estatísticas, mas também o conteúdo valorativo que assola mais de um terço da população brasileira. O debate teórico-político demonstra em suas análises formas de intervenção na questão social. Entretanto, por diversas vezes se recusam a discutir com aqueles que realizam intervenções cotidianas sobre as quais incidem suas reflexões e conquistas, especialmente, sobre o processo de precarização das relações de trabalho. Para desfazer qualquer nó, o presidente da CUT enviou documento assinado, o qual foi lido para a plenária, numa solicitação de intervenção, na última mesa do congresso pela vice-presidente da Fenas (Anexo 2).

No XI CBAS, em 2004 — Fortaleza, mais uma vez o debate não aconteceu...

Apesar de todas as tentativas de desqualificar e não reconhecer a Fenas, ela tem mostrado, com sua militância sistemática e profícua, seu compromisso para além da defesa da categoria,

contribuindo para o fortalecimento da garantia de direitos da classe trabalhadora. Isto não há como contestar!

6. A Fenas e algumas de suas conquistas no interior do sindicalismo

Desde a sua criação a diretoria da Fenas sempre esteve presente nos debates para os quais foi convidada. Filou-se à CUT no dia de sua criação, tendo sido empossada nesse mesmo dia por ela; assumiu a direção na Confederação Nacional das Profissões Liberais — CNPL, conforme todos os profissionais de nível superior regidos pela CLT; participou ativamente no Congresso Extraordinário da Federação Nacional dos Psicólogos, defendendo a questão do ramo no conjunto dos trabalhadores, e não como movimento isolado; assumiu a mesa nacional de negociação do SUS, participando também dos grupos de trabalho referentes à jornada de trabalho do SUS, comunicação e implantação das mesas municipais e estaduais em todo o Brasil; conquistou titularidade no Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS no segmento dos trabalhadores e suplência no Conselho Nacional de Saúde, representando também o segmento dos trabalhadores; participa do Fórum de Entidades Nacional de Trabalhadores da Saúde — Fentas.

A partir de demandas trabalhistas em outros estados da federação, nos quais os sindicatos encontram-se fechados desde a década de 1990, profissionais, alguns oriundos do movimento

estudantil, se organizaram e reabriram os sindicatos em seus estados, com total apoio da Fenas: no estado de São Paulo, após seminário realizado na Assembleia Legislativa, encabeçada pela assistente social e então deputada estadual, Ana Martins, foi reaberto no ano de 2003. Alguns sindicatos encontram-se inclusive com dificuldades de reconhecimento junto à Caixa Econômica, uma vez que não foi oficializada em sua “extinção” no cartório. O estado do Pará realizou um trabalho de base, com a presença do presidente do Cress na assembleia, reabrindo o sindicato no ano de 2006; Recife, após também realizar assembleia e com a participação (não unânime) de diretores do Cress reabriu o sindicato no ano de 2007.

Em processo de reabertura, alguns estados têm recebido apoio da Fenas, já com comissões pró-sindicato.

Cremos que somente com a criação da Fenas o debate referente à organização sindical da categoria foi colocado em pauta, por pressão daqueles que se envolvem na luta sindical e vivem o movimento sindical dos assistentes sociais no Brasil e por aqueles que convivem com a realidade da precarização nas relações de trabalho, com o crescente desemprego e com a falta de condições dignas no seu local de trabalho, desamparados de leis que os defendam. Para nós, isto significa um grande avanço.

Nenhum sindicato dos assistentes sociais no Brasil foi fechado oficialmente. Todos permanecem inclusive com as contas bancárias em aberto, o que de-

nota que as questões legais desde a “extinção” não foram oficializadas em cartório e nem junto ao Ministério do Trabalho. O que temos de concreto, foi a inanição do movimento sindical dos assistentes sociais no Brasil naquele momento.

7. O grande desafio da Fenas

Entendemos ser uma tarefa árdua, mas a Fenas tem o compromisso de acelerar o debate no interior da categoria, levar as inquietações para os fóruns nacionais, defender os interesses dos assistentes sociais nas questões trabalhistas e ampliar do mercado de trabalho. Num olhar transcendente, busca ainda a ampla participação no controle social e nos fóruns de direito, assento nas várias esferas, contribuindo para a efetivação das políticas sociais no âmbito público e para uma ação revolucionária no conjunto dos demais trabalhadores, em busca de uma sociedade justa, fraterna, soberana e sem desigualdades econômicas, sociais e culturais. Acima de tudo, a Fenas tem o real compromisso de, além de defender seus trabalhadores, lutar pela valorização e respeito à profissão de Serviço Social.

Apesar de muitos empecilhos na aproximação da Fenas junto às demais entidades da categoria, entendemos ser mais uma disposição de todos aqueles que defendem um mesmo projeto político societário e o fortalecimento do projeto ético-político construído ao longo dos anos por todos os assistentes

sociais. Os acontecimentos passados e recentes nos levam a acreditar na possibilidade de construirmos a unidade na luta, visto que a única divergência aponta para alguns encaminhamentos, e não de concepções ideológicas.

Finalizando, a criação da Fenas nunca teve a intenção de desqualificar nossas entidades. Cada uma tem seu espaço e acreditamos no fortalecimento da luta conjunta. A Anas sempre foi nossa referência nacional, e respeitamos a trajetória histórica vivenciada pelos aguerridos assistentes sociais que construíram a história de luta e nos instigaram a assumi-la. Mas entendemos que o caminho a ser percorrido no âmbito sindical deverá se dar no conjunto dos demais trabalhadores e não mais um caminhar isolado. Defendemos a Inter-sindical, tese sustentada no Congresso da CNTSS pela presidente do Saserj, Margareth Alves Dallaruvera, como caminho possível para o enfrentamento da barbárie sofrida pelo povo brasileiro. Segundo Netto, a colaboração de Maria Beatriz Costa Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral “constrói um patamar inicial para a recuperação do difícil (e ainda inconcluso) caminhar dos assistentes sociais rumo a uma inserção organizada no contexto do movimento sindical dos trabalhadores brasileiros” (Abramides, 1995: 11). E, ainda conforme a própria autora, a “transitoriedade está inconclusa”. Em nossa concepção, não existe motivo para o fechamento ao diálogo acerca do processo de organização sindical dos assistentes sociais. A militância político

sindical em conjunto com os demais trabalhadores tem nos proporcionado a ratificação desta proposição.

O desafio está colocado...

Abstract: The following article does a historical rescue of the political-syndical organization of social workers in Brazil. Focusing its reflections on the movement that culminated in the creation of the National Federation of Social Workers — Fenas. The halt of the syndical activities, and the extinction of the late Anas — National Association of Social Workers, under the orientation to affiliate to branch syndicates, lead to a lack of representation at the syndical sphere for social workers. The challenge to rethink the new paths of the syndical movement under a revolutionary point of view, as a collective action, and purposeful along with the workers, which denotes our compromise beyond our specific struggle in the search for a sovereign, equalitarian, and fraternal nation.

Keywords: political-syndical organization; branch; category; syndicates; Fenas.

Anexo 1:

Carta Aberta Aos Congressistas do VIII CBAS

Do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

Fundados na visão marxista, compreendemos que todos os profissionais assalariados, sem exceção, são forças produtivas da sociedade, logo, trabalhadores. Justamente por serem trabalhadores, os assistentes sociais, necessaria-

mente, devem se inserir na luta sindical, seja por categoria ou por ramo de produção.

Não desacreditamos da proposta apresentada pela CUT, na qual todos os trabalhadores deverão se organizar por ramos de atividade. Porém, mediante a conjuntura imposta pelo processo político neoliberal, pela exploração da força de trabalho e pelas demandas sindicais oriundas da categoria, bem como entendendo a dificuldade de uma grande maioria dos assistentes sociais para conseguir se engajar por ramo de atividade, **NÓS** nos envolvemos na luta pela reabertura do Sindicato dos Assistentes Sociais do estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que tal atitude não se deu sem o conhecimento da trajetória histórica das lutas sindicais travadas pela categoria, sobretudo sob orientação da CUT. Também inexiste a pretensão de “sepultar” ou (ressuscitar?) um sindicato que se encontrava inativo há cinco anos e sim, fortalecer esse movimento no sentido da consciência político-sindical.

O Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, em assembleia de abril/1990, deliberou o seu fechamento e elegeu uma comissão sindical. A partir de dezembro de 1993, também por decisão de assembleia, o Cress 7ª Região-RJ passou a ser o gestor do patrimônio móvel e imóvel e foram fixados critérios para uma possível reabertura do sindicato. Em agosto, a categoria em assembleia elegeu uma comissão sindical, com vistas a filiação e refiliação, no prazo de seis meses. Em

fevereiro/1995, em assembléia, foi deliberada a reabertura do sindicato e eleita a comissão eleitoral para garantir os procedimentos do processo, sendo inscritas duas chapas. Em maio/1995, ocorreu a eleição e posse da atual diretoria.

Esta diretoria entende que devemos caminhar (e muito) discutindo o direito de cidadania e lutando contra o projeto neoliberal que vem ameaçando as condições dignas dos trabalhadores, entre outros aspectos essenciais, porém mantendo o sindicato aberto. Não podemos conceber um discurso combativo à exclusão da classe trabalhadora nas políticas sociais e nas práticas cotidianas, quando um segmento fragilizado da categoria não consegue se engajar na luta sindical por ramo de atividade, sendo, pois, excluído. NÓS, que tanto falamos nos EXCLUÍDOS e nos DESASSISTIDOS sociais, nos vemos como os principais sujeitos desse mesmo cenário político, tão criticado e combativo por nossa categoria de assistentes sociais.

O exposto possui o propósito de, no mínimo, sensibilizar os assistentes sociais presentes ao VIII CBAS para repensar, de forma política amadurecida e não tão-somente movidos pela paixão, as questões que apontam e desapontam hoje no âmbito de nossa categoria.

É evidente que, pela posição enfática da mesa-redonda de 5 de julho de 1995, no VIII CBAS, não mais cabe uma discussão de sindicalização por ramo de produção ou de categoria. Está definida a inserção dos assistentes so-

ciais na luta sindical por ramo de atividade.

Não obstante, resta saber como caminhar em face das demandas sindicais, quando sindicatos por ramo de produção ainda não estão fortalecidos, principalmente em seus departamentos. Paralelamente, sindicatos de categorias fortes, filiados a CUT, permanecem em plena atividade e, portanto, respondendo às demandas específicas de suas categorias. E isto não significa estarem afastados de uma direção ético-política de articulação e busca de um projeto o mais universal possível que responda aos anseios próprios, assim como de todos os segmentos de trabalhadores desse imenso Brasil.

PARTICIPE CONOSCO!!!!

Anexo 2



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Fundada em 28 de agosto de 1983

Rio de Janeiro, 12 de outubro
de 2001.

**A CUT — CENTRAL ÚNICA
DOS TRABALHADORES, VEM ES-
CLARECER AOS CONGRESSISTAS
PRESENTES AO X CBAS.**

A Federação Nacional dos Assis-
tentes Sociais é filiada à Central e man-

tém no mais alto nível todas as bandeiras de luta de nossa Central.

Conferimos à Federação a filiação por entender que se soma a outros sindicatos na luta pelo direito dos trabalhadores e na luta contra o neoliberalismo e FHC, inimigos, estes sim, de todos os trabalhadores e do país brasileiro.

Somos contrários à afirmação de que a criação da Fenas foi um equívoco. Tanto que foi criado no Congresso da CNTSS/CUT o Departamento de Categoria Profissional objetivando a discussão e o aprofundamento que envolve a construção do ramo.

Entendemos acima de tudo que a Fenas tem trabalhado na defesa do sindicalismo classista.

Saudações cutistas

Presidente da CUT/RJ

Bibliografia

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social: Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.
- COSTA, Edilizia da Silva. *Caminhos e des-caminhos da organização político-sindical dos assistentes sociais no Pará*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.
- BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- INFORMATIVO DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO CEARÁ, ano I, maio 2002.
- JORNAL DA FENAS: ano 1, mar. 2001; ano 2, out. 2001.
- JORNAL DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resistência; 11ª edição, mandato 2004/2007.
- RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA: Luziânia-GO, 1997.
- REVISTA DO SASEAL. ano 3, maio 2002; ano 4, maio, 2003; ano 5, maio 2006.
- MORALES, Cláudio Rodrigues. *Manual prático do sindicalismo*. São Paulo: LTR, 1999.
- NETTO, José Paulo. In: ABRAMIDES, M. B. C. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- OLIVEIRA, Fernando Alves de. *O sindicalismo clama por socorro: um alerta aos sindicalistas e aos contribuintes dos sindicatos*. São Paulo: LTR, 2001.
- SANTOS, Cleusa. *Reforma/revolução: pólos de tensão na constituição do Movimento socialista*. Tese de Doutorado — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.